

AS CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

José Milton Sirilo da Silva Júnior ¹
Raíssa Matos Ferreira ²

RESUMO

Este estudo trata-se da apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Justifica-se pela relevância de refletirmos acerca do aumento de diagnósticos de TEA no país, envolvendo as suas implicações no decorrer do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com TEA. Diante do exposto, teve como objetivo analisar a produção acadêmico-científica sobre as contribuições da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no processo de inclusão de estudantes com TEA, especificamente, descrever a origem e o conceito do TEA, identificar quais são as potencialidades e os desafios voltados para o uso da ABA no decorrer das práticas de profissionais da Psicologia Escolar e Educacional. Para tanto, utilizamos a Revisão Sistemática de Literatura - RSL, como método. O levantamento de artigos foi realizado no dia 02 de abril de 2024, através do acesso ao Portal de Periódicos CAPES. O levantamento de artigos resultou em 08 artigos. Os principais resultados apontam uma escassez de estudos acadêmicos-científicos relacionados às temáticas. Também é notório as dificuldades enfrentadas por equipes multiprofissionais para acolher estudantes atípicos, evidenciando que o conhecimento e aplicação da ABA no contexto escolar ainda está distante da teoria. Esperamos contribuir na realização de novos estudos para avançar na produção de conhecimento.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Análise do Comportamento Aplicada, Psicologia Escolar e Educacional, Educação Especial, Revisão Sistemática de Literatura.

INTRODUÇÃO

Este estudo discute sobre a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e as suas contribuições no decorrer do processo de inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com o DSM-5, o conceito de TEA é classificado como um dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, caracterizado pelas dificuldades de comunicação e interação social, assim como pelos comportamentos restritos e repetitivos. O Ministério da Defesa afirma que, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), uma em cada 160 crianças no mundo tem TEA (Brasil, 2023b). Além

¹ Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Mario Pontes Jucá - UMJ, jose.junior114@academico.umj.edu.br;

² Professora orientadora: Mestra em Psicologia e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, raissa.ferreira@umj.edu.br.

disso, enfatiza que:

O autismo pode ser identificado ainda nos primeiros anos de vida, embora o diagnóstico de um profissional seja dado apenas entre os 4 e 5 anos de idade. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, o TEA é um transtorno de desenvolvimento neurológico, caracterizado pela dificuldade de comunicação e/ou interação social. Algumas características como: dificuldade de interação social, dificuldade em se comunicar, hipersensibilidade sensorial, desenvolvimento motor atrasado e comportamentos repetitivos ou metódicos podem identificar a presença do TEA. O autismo funciona em níveis, ou seja, ele pode se manifestar de forma leve até uma forma mais severa. Esse diagnóstico detalhado será dado por um profissional da saúde (Brasil, 2023b, n.p.).

Vale ressaltar a importância da criança iniciar o acompanhamento adequado nos primeiros anos de vida, pois, pode fazer uma grande diferença nos anos seguintes, podendo levar a melhores resultados a longo prazo, considerando a neuroplasticidade cerebral (Brasil, 2023b). Segundo o Ministério da Educação (MEC), “De acordo com dados do Censo Escolar 2022, na educação básica brasileira, 405 mil crianças com TEA estão matriculadas em classes comuns e 24 mil, em classes exclusivas” (Brasil, 2023c). Diante disso, a questão-problema é: Como a produção acadêmico-científica tem abordado as contribuições da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no processo de inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?.

Assim, este estudo justifica-se pela relevância de discutirmos sobre o processo de inclusão de estudantes com TEA, e pela escassez de produções na literatura acadêmico-científica que envolvem a ABA no contexto escolar direcionado à inclusão de pessoas com TEA, principalmente, em uma análise considerando o saber/fazer da Psicologia Escolar e Educacional, pois consideramos que faz-se necessário a participação de profissionais desta área de conhecimento neste processo para o desenvolvimento de orientações voltadas à psicoeducação, promoção a saúde e possíveis soluções juntamente à equipe multiprofissional para o avanço de aprendizagem desses estudantes.

Além disso, é importante salientar, conforme uma das cartilhas do Conselho Federal de Psicologia (Brasil, 2022), intitulada “Psicologia e Serviço Social na Educação Básica - Lei nº 13.935/2019”. Essa luta tem história!”, que com a aprovação desta lei, toda a rede pública de educação básica no país deve contar, agora, com a presença de profissionais da Psicologia e Assistentes Sociais em suas equipes multiprofissionais, pois trata-se de uma importante ferramenta para a consolidação de

um ensino inclusivo e de qualidade. Diante disso, este estudo teve como o objetivo geral analisar a produção acadêmico-científica sobre as contribuições da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no processo de inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os objetivos específicos são descrever o conceito da ABA, e identificar quais são as potencialidades e os desafios voltados para o uso da ABA no decorrer das práticas de profissionais da Psicologia Escolar e Educacional.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Para alcançar os nossos objetivos, utilizamos a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), como método. Segundo Galvão e Pereira (2014) afirmam que a RSL são estudos secundários produzidos a partir de estudos primários. Considerando isso, também utilizamos as seguintes etapas da análise de conteúdo, conforme Bardin (1977) para interpretar os dados: (1) a pré-análise, (2) a exploração do material, (3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Quanto à descrição do levantamento de dados, a busca ocorreu no período entre 05 e 10 de abril de 2024. É válido ressaltar que este levantamento de dados foi realizado por meio do acesso ao Portal de Periódicos CAPES. Optamos por este Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pois trata-se de um dos maiores acervos científicos virtuais no contexto brasileiro, no qual possui diversas bases indexadas (Brasil, 2024).

A combinação de descritores utilizada foi a seguinte: transtorno do espectro autista e análise do comportamento aplicada. Os critérios de inclusão e exclusão utilizados foram os seguintes: 1. Artigos na língua portuguesa; 2. Estudos que apresentaram algum dos descritores no título e/ou no resumo; 3. Estudos empíricos. O critério de exclusão: 1. Estudos bibliográficos. Logo no início do levantamento, a base de dados apresentou o quantitativo total de 39 produções, sendo que restaram 31 produções, considerando os critérios de exclusão e 8 produções, conforme os critérios de inclusão. Portanto, após a etapa de refinamento analisamos o total de 08 artigos e apresentamos os resultados e discussão abaixo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Quadro 1 abaixo, apresentamos a descrição dos artigos analisados. Logo após a leitura na íntegra de todos os artigos incluídos, elaboramos duas categorias a partir da análise de conteúdo de Bardin (1977), a saber: 3.1 O conceito da Análise do Comportamento Aplicada (ABA), e 3.2 As potencialidades e os desafios frente ao uso da ABA durante as práticas de profissionais da Psicologia Escolar e Educacional. Diante disso, foi possível destacarmos um breve panorama geral sobre as pesquisas analisadas. Foram publicadas coletivamente entre 2017 e 2024, abordando diversas temáticas, como: a atuação de profissionais da Psicologia no processo de inclusão de crianças autistas no contexto escola; comportamentos de agentes educacionais em relação à inserção da ABA no contexto escolar; reconhecimento, Análise do Comportamento Aplicada e Transtorno do Espectro Autista. Quanto ao Qualis, observamos que variou entre A1 e B3.

3.1 O conceito da Análise do Comportamento Aplicada (ABA)

O estudo de Magalhães *et al.* (2017, p. 1) teve como objetivo “investigar as dificuldades enfrentadas pelos professores e mediadores em sala de aula e identificar as práticas e intervenções pedagógicas mais eficientes direcionadas para a aprendizagem de crianças autistas”. Participaram do estudo duas professoras, uma mediadora e uma coordenadora pedagógica. Os instrumentos de pesquisa foram quatro observações e entrevistas em uma escola da cidade de Missão Velha-CE, no qual havia um estudante com TEA do 3º ano do ensino fundamental. Acerca do conceito da ABA, os autores afirmam que:

[...] é uma técnica proveniente do campo científico do behaviorismo, as pesquisas nessa abordagem têm crescido em todo o mundo e teve grandes pesquisadores como Skinner e Watson (Magalhães *et al.*, 2017, p. 11).

Considerando esse conceito nesta pesquisa, Magalhães *et al.* (2017) utilizaram como instrumentos de pesquisa quatro observações e entrevistas em uma escola da cidade de Missão Velha-CE, no qual havia um estudante com TEA do 3º ano do ensino fundamental. Os autores ressaltam sobre as dificuldades enfrentadas pela equipe de profissionais, tais como mediadores e professores, empenhando-se para observar a maneira como são feitas as intervenções por esse grupo de uma determinada escola, propondo uma intervenção mais eficiente direcionando para a legislação básica de LDB

9.294/96, Lei 12.764/2012. Inclusive, mesmo com a aplicação da ABA essa equipe de mediadores e professores ainda se sentem inseguros já que há uma necessidade de continuidade na busca por conhecimento referente a inclusão no ensino regular de pessoas com TEA. Para que o mediador e professor possam elaborar estratégias e ações, será necessário ter no mínimo um conhecimento básico e seguidamente contínuo, O artigo apresenta variadas formas de intervenções pedagógicas como, ABA e PECS (Magalhães *et al.*, 2017).

Diante disso, faz-nos pensar na necessidade de disciplinas teóricas e práticas, onde os profissionais da escola tenham uma maior aproximação com o tema, visto que no momento presente o número de pessoas com TEA que buscam inclusão pedagógica vem desenvolvendo-se cada vez mais e o ensino regular não está conseguindo acompanhar essa demanda. O estudo de Benitez *et al.* (2021) aborda uma proposta principal, envolvendo a percepção de como se dar a inclusão em termos sociais de atitudes de 52 agentes educacionais que podem influenciar diretamente no comportamento de estudantes com TEA no contexto escolar.

Conforme Benitez *et al.* (2021), a ABA é pautada em influência direta com o ambiente, por isso é importante que em todos os lugares (clínicas, casa, escola, etc.). É fundamental que esse procedimento seja realizado de forma consistente, no qual todos os envolvidos colaborem nesse processo façam a mesma coisa para dar certo, e enfim, diminuir a frequência de comportamentos inadequados.

Tratando-se de acesso à ABA, como ciência no Brasil, percebe-se que o conhecimento sobre essa ciência acaba ficando centralizada para os cuidadores de sujeitos com TEA, e muitas vezes sequer os próprios cuidadores têm acesso a essas informações, pois ocorrem casos em que cuidadores que se beneficiam nessa ciência de forma eficaz é porque estão amparados por serviços privados, facilitando o acompanhamento ideal para o sujeito já que, quando os analistas do comportamento não são encontrados na rede pública de saúde ou educação, a carga horária e o trabalho de forma multiprofissional acaba ficando com falhas gerando lacunas no desenvolvimento do sujeito (Benitez *et al.*, 2021).

Além disso, os livros didáticos chegam iguais para todos os estudantes exigindo do profissional um conhecimento teórico para adaptar e pôr em prática tais atividades, mediante ao nível de ensino onde aquela pessoa está inserida, é importante frisar que o acompanhante não faz as atividades adaptadas, o acompanhante auxilia nas atividades que o professor faz as adaptações ou na inclusão em atividades onde exige do estudante

a comunicação entre eles. É crucial que os professores obtenham um retorno dos estudantes mediante as atividades para que consigam fazer a avaliação de cada um, porém, também acontece essa dificuldade dos professores compreenderem se o estudante está absorvendo os conteúdos ou não, quando se trata de um estudante que não é verbalizado (Benitez *et al.*, 2021).

O estudo de Freitas (2022, p. 1) aborda o seguinte conceito da ABA:

A Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis, popularmente conhecida como ABA) é uma dimensão da Análise do Comportamento voltada à pesquisa aplicada e oferta de serviços que tem como objetivos compreender as variáveis que influenciam comportamentos socialmente significativos e desenvolver tecnologias eficazes para modificá-los (Baer *et al.*, 1968; Moore, 2008; Tourinho, 2003).

Em relação a isso, faz-nos pensar sobre o modo como os serviços ofertam atendimento às pessoas com TEA pautado na ABA: Quanto ao serviço oferecido decorrente de políticas públicas, será que realmente funciona na prática? Cada sujeito atípico necessita de um olhar individualizado, sendo preciso que ele esteja inserido em um contexto multiprofissional para que aconteça uma evolução nos aspectos cognitivos e comportamentais. Assim, é fundamental que tenha em torno de 10 horas semanais para não intensivo e 20h semanais para intensivo de aplicação da ABA a depender do paciente, já que é observada a necessidade individual do sujeito (Freitas, 2022).

Quando em redes públicas têm populações que acabam em filas de espera para alguns atendimentos e, em alguns casos, não suprem suas necessidades, porque as horas de atendimento são bem menores do que seria necessário. É importante que ocorram eventos para promover a saúde e o conhecimento sobre o tema abordado, compreendendo que há uma necessidade de compreensão da sociedade, e esse tipo de evento serve para que possam compreender como funciona o TEA. De acordo com Benitez *et al.* (2022, p. 5):

No Brasil, em que os serviços de intervenção baseados em ABA ainda são incipientes e não há sistematização nacional de resultados dessas intervenções, essa lacuna tem o potencial de se alargar ainda mais. É importante explicar que a ABA no presente texto se refere à ciência que aplica os princípios da Análise Experimental do Comportamento para solução de demandas socialmente relevantes em uma comunidade verbal específica (Baer, Wolf & Risley). A ABA não é exclusiva de intervenções aplicadas no contexto da Educação Especial e está fundamentada nos estudos de Skinner (1953 apud Trevisan *et al.*, 2021).

Nesse sentido, Benitez *et al.* (2022) chamam atenção para o fato dos estudos sobre a ABA ainda serem incipientes no país, e afirmam que está ancorado nos estudos de Skinner. O estudo de Oliveira, Santiago e Teixeira (2022, p. 1) buscou “analisar a inclusão de um aluno com transtorno do espectro autista (TEA) em um curso de graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG)”. Nesse sentido, Oliveira, Santiago e Teixeira (2022) apresentam uma discussão sobre isso, afirmando que acompanhar o universitário com TEA é desafiador, pois exige uma qualificação do acompanhante para auxiliar as resoluções de problemas mediante as disciplinas da matriz acadêmica do curso escolhido pelo estudante, saber ensinar, compreender o TEA e auxiliar na comunicação.

Assim, Oliveira, Santiago e Teixeira (2022) enfatizam que o afastamento social e os estereótipos serão a saída para esta sobrecarga. O fato de um estudante com TEA dizer que não quer interagir com os colegas não dispensa os acadêmicos de assumirem a tarefa de motivar ou criar condições para que os colegas de turma ou da instituição participem de alguma forma. A locomoção também é um fator importante, pois existem diversos fatores que podem influenciar, já que é um ambiente que tem muitos estímulos visuais que reduz a atenção ou o foco.

Outro olhar que necessita significativamente ser observado de forma individualizada são as preparações para a adaptação de materiais acadêmicos, para que aconteça o processo inclusivo de forma justa. Faz-se importante reuniões acadêmicas para conhecer e descobrir quais as dificuldades de inclusão que a instituição onde esse estudante está inserido necessita de outras atividades da mesma natureza e nível de complexidade, para que a universidade obtenha êxito no contexto inclusivo (Oliveira; Santiago; Teixeira, 2022). Yamane e Fernandes (2024) também reforçam a importância da ABA no processo de inclusão de estudantes com TEA. A seguir, apresentamos os principais resultados da segunda categoria temática.

Por fim, o estudo de Martins e Camargo (2023) aborda como é importante o engajamento de profissionais escolares nas implementações de intervenções baseadas em ABA (análise do comportamento aplicado) considerando sua participação de forma precisa, sem reproduzir práticas não inclusas para não agravamento de seus comportamentos. Teve como objetivo “analisar se uma intervenção ancorada em estratégias da ABA contribui para a adaptação de crianças com TEA na pré-escola”. Trata-se de uma pesquisa experimental intra-sujeitos (*Single Case Research*) através de um delineamento de linha de base múltipla com três participantes (*Multiple Baseline*

Design Across Participants). As crianças apresentavam dificuldades de aprendizagem e interação com os colegas de turma.

Quanto ao conceito da ABA, o estudo de Martins e Camargo (2023, p. 3) também destaca sobre a origem deste termo, e citam como referência o autor Skinner, abaixo:

A ABA tem sua origem na ciência da Análise do Comportamento, derivada dos estudos e princípios comportamentais de Skinner (1953) sobre o condicionamento operante, em que as consequências de um comportamento determinarão o aumento ou a diminuição da mesma conduta. Dessa forma, os comportamentos são influenciados por estímulos que o antecedem e são mantidos por suas consequências (Camargo; Rispoli, 2013; Duarte; Silva; Velloso, 2018). Como o próprio nome sugere, ABA é a parte aplicada da ciência (Duarte; Silva; Velloso, 2018), que não se restringe apenas a uma intervenção para o autismo, mas a uma abordagem comportamental de aplicabilidade abrangente em contextos escolares, clínicos, empresariais, hospitalares e domésticos. Trata-se de um sistema teórico consistente para explicar e modificar comportamentos de adultos e crianças com ou sem deficiência, com base em ampla evidência empírica (Camargo; Rispoli, 2013; Trevisan et al., 2021).

Portanto, os principais resultados deste estudo apontam que é importante avaliar as inúmeras possibilidades em estreitar as relações entre estudantes atípicos e professores de forma assertiva visando o melhor desenvolvimento pedagógico destes estudantes (Martins; Camargo, 2023). É necessário que tenha esse cuidado empático em estreitar vínculos de forma onde a equipe escolar consiga perceber de fato a singularidade de cada estudante, tendo como comprometimento a importância do interesse do professor em se qualificar para aprender e estar capacitado para contribuir no processo de ensino-aprendizagem desses estudantes.

3.2 As potencialidades e os desafios frente ao uso da ABA durante as práticas de profissionais da Psicologia Escolar e Educacional

Em relação às potencialidades e os desafios da ABA, destacamos o estudo de Matos e Matos (2018), pois apresenta um relato de experiência de acompanhamento de uma criança de nove anos, no qual foram realizadas intervenções a partir da ABA e Psicologia Escolar e Educacional. O instrumento utilizado para verificar os níveis basais de repertórios foi o *Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program/VB-MAPP*.

Segundo Matos e Matos (2018, p. 22), “com a ABA busca-se por vezes o desenvolvimento de um currículo individualizado com ensino formal de habilidades em ambiente fora da sala de aula, com redução de estímulos de distração e manipulação de variáveis motivacionais”. Nessa direção, os resultados da pesquisa indicam como potencialidades a importância da presença do profissional de Psicologia nesse processo para que possa contribuir no desenvolvimento e aprendizagem desses estudantes no contexto escolar. Nesse sentido, Matos e Matos (2018, p. 29) também pontuam que:

Na esteira da ampliação das políticas educacionais, a Psicologia Escolar e Educacional, como área de pesquisa e intervenção, tem compreendido que o papel da escola é promover, pela mediação do conhecimento, saltos qualitativos nos processos psicológicos dos sujeitos. Esse intento deve garantir o desenvolvimento de competências que melhor favoreçam a vida em sociedade com emancipação e independência.

Assim, considerando a Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a Lei Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012) e a Lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015 (Brasil, 2015), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o profissional da Psicologia Escolar e Educacional pode elaborar ações que visam modos de conscientização sobre humanização e apresentar perspectivas diferentes sobre inclusão, promovendo essas temáticas, não somente com os familiares/responsáveis pelos estudantes, mas com toda a comunidade escolar, incluindo funcionários e direção.

Por exemplo, a partir de rodas de conversas didáticas, para que cada vez mais aconteçam esses movimentos de expansão de conhecimentos acerca de uma temática tão relevante, contribuindo na implementação de práticas pedagógicas favorecedoras à inclusão. Quanto aos desafios enfrentados, os autores afirmam que os estudantes apresentavam dificuldades voltadas para a compreensão dos conteúdos sobre as disciplinas de História e Geografia. No entanto, notaram que através da ABA junto ao Programa de Relato de História, o estudante apresentava avanços no processo de aprendizagem (Matos; Matos, 2018). Nesse sentido, Matos e Matos (2018, p. 22) afirmam que:

Foi iniciado um processo de formação de professores para apoio no processo de adaptação do material escolar do C.A. referente a essas disciplinas, em especial. As psicólogas da equipe de psicologia escolar acompanharam uma professora auxiliar para confeccionar materiais

correlatos ao ministrado em sala de aula para serem mediados durante a aula, evitando-se que a criança saísse deste ambiente.

Diante do exposto, também enfatizamos que o CFP (Brasil, 2019) orienta que o diálogo com a comunidade escolar seja priorizado, ressaltando que os profissionais da Psicologia Escolar e Educacional podem desenvolver ações que contribuam para uma compreensão do processo ensino-aprendizagem inclusivo. A seguir, apresentamos as considerações finais deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia é marcada pela expansão de suas atividades na esfera pública, contribuindo assim para a expansão desta área de conhecimento na sociedade e ampliando os debates sobre direitos humanos, saúde, assistência social e jurídica, educacionais, etc., mas ainda caminha em passos curtos, para um tema que vem tomando grandes proporções no âmbito escolar, e muitas vezes sem conhecimento da comunidade educacional, seja em escolas públicas ou privadas. Acompanhar, avaliar e orientar o trabalho de profissionais da Psicologia Escolar e Educacional tem sido um grande desafio, conforme a literatura acadêmico-científica.

Mesmo com a inserção destes profissionais neste contexto, por meio de dados evidenciados no presente artigo, é possível perceber que ainda não é comum a aplicação da ABA, para um melhor desenvolvimento pedagógico de estudantes com oTEA, mesmo de forma multiprofissional ou individual a prática da ABA, nesse ambiente não ocorre com frequência. Atualmente, a produção acadêmico-científica tem a grande necessidade de pesquisadores que se interessem em produzir pesquisas relacionadas a essas temáticas em específicos, e percebem o diferencial que a ABA pode fazer nas vivências de sujeitos com TEA.

Em suma, destacamos que ao falar de profissionais da Psicologia, pois, percebe-se que grande parte de aplicadores da ABA em clínicas são profissionais da Psicologia, entretanto, ainda faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas voltadas para esses profissionais no ambiente escolar para que de fato, essas pesquisas se tornem uma via assertiva de informações para outros profissionais, fazendo assim, uma sociedade mais equânime para todos. Esperamos que este estudo colabore de alguma forma com outras pesquisas, com a prática de diversos profissionais.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5**. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli *et al.* 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENITEZ, P. *et al.* Programa de Extensão em Análise do Comportamento Aplicada Para Atendimento de Estudantes Com Autismo. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, p. 155-168, 2022. Disponível em: <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/886/443>. Acesso em: 15 maio 2024.

BENITEZ, P. *et al.* Atitudes Sociais de Agentes Educacionais Em Relação à Inclusão e à formação em análise do Comportamento Aplicada. **Revista brasileira de educação especial**, v. 27, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/Sdz5BrfLZFNdCcrbsSqqWhR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio. 2024.

BRASIL. **ABRIL AZUL - Mês de Conscientização sobre o Autismo**, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/hfa/pt-br/abril-azul-mes-de-conscientizacao-sobre-o-autismo>. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. **Quem somos**. Portal de Periódicos da CAPES. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012**, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, 2015**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. **Senado discute educação para pessoas com TEA**, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/senado-discute-educacao-para-pessoas-com-tea>. Acesso em: 10 maio. 2024.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia (CFP). **Psicologia e Serviço Social na Educação Básica - Lei nº 13.935/2019**”. *Essa luta tem história!*. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/32985_Educacao_Basica_Cartilha_A5_WEB.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia (CFP). **REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 15 maio 2024b.

FREITAS, L. A. B. Certificação Profissional, Análise Do Comportamento Aplicada e Transtorno do Espectro Autista: Contribuições Para Um Debate. **Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva**, v. 24, p. 1-29, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/359773507_Certificacao_profissional_Analise_do_Comportamento_Aplicada_e_Transtorno_do_Espectro_Autista_contribuicoes_para_um_debate. Acesso em: 15 maio 2024.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 23, n. 1, p. 183-184, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v23n1/v23n1a18.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

MAGALHÃES, C. de J. S. *et al.* Práticas Inclusivas de Alunos Com TEA: Principais Dificuldades Na Voz Do Professor e Mediador. **Política e Gestão Educacional**, p. 1031-1047, 2017.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association]. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli *et al.* 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARTINS, J. dos S.; CAMARGO, S. P. H. A Adaptação de Crianças com Autismo na Pré-Escola: Estratégias Fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 104, e5014, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/RFv9XMsqs6YgVxB9RHGBjtz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2024.

MATOS, D. C.; MATOS, P. G. S. Intervenções Em Psicologia Para Inclusão Escolar de Crianças Autistas: Estudo de Caso. **Revista espaço acadêmico**, v. 18, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/44949>. Acesso em: 15 maio 2024.

OLIVEIRA, A. F. T. de M.; SANTIAGO, C. B. S.; TEIXEIRA, R. A. G. T. Educação Inclusiva Na Universidade: Perspectivas de Formação de Um Estudante Com Transtorno Do Espectro Autista. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/cGTd6B6WHLzms7HvY4TgNQF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2024.

YAMANE; J. A. Y.; FERNANDES, A. C. P. F.. Da orientação especializada a professores que lecionam em casos de TEA: um relato de experiência. **Prometeica (Mar del Plata)**, v. 29, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unip.br/psicologia-artigos-e-periodicos/da-orientacao-especializada-a-professores-que-lecionam-em-casos-de-tea-relato-de-experiencia/>. Acesso em: 15 maio 2024.